



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA/MG

EDITAL DE CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO

Processo nº: 017/2026

Credenciamento Eletrônico nº 001/2026

Objeto: “ CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO OFICINEIROS, DESTINADOS AO DESENVOLVIMENTO DE OFICINAS SOCIOEDUCATIVAS, CULTURAIS, ARTÍSTICAS, ESPORTIVAS E D CONVIVÊNCIA, NO ÂMBITO DO SERVIÇOS DE CONVIVÊNCIA E FORTAÇLECIMENTO DE VÍNCULOS- SCFV, JUNTO AOS USUÁRIOS ATENDIDOS PELO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL- CRAS, PODENDO A EXECUÇÃO OCORRER NAS MODALIDADE OFICINA PONTUAL (HORA/AULA) OU PRESTAÇÃO MENSAL, CONFORME DEFINIDO NESTE TERMO DE REFERÊNCIA”.

Ficando aberto a partir desta data 23/02/2026, por um período de 12 (doze) meses para cadastramento de novos interessados.

Valor total estimado R\$ 95.054,88 (noventa e cinco mil e cinqüenta e quatro reais e oitenta e oito centavos)



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA/MG

ÍNDICE

- 1. PREÂMBULO**
- 2. ESCLARECIMENTOS**
- 3. OBJETO DO CREDENCIAMENTO**
- 4. CONDIÇÕES PARA CREDENCIAMENTO**
- 5. NÃO PODERÃO PARTICIPAR DO CREDENCIAMENTO**
- 6. MANIFESTAÇÃO DA INTENÇÃO DE SE CREDENCIAR**
- 7. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**
- 8. JULGAMENTO**
- 9. ADESÃO AO CREDENCIAMENTO**
- 10 . ESCOLHA DOS FORNECEDORES:**
- 11. PRAZO, LOCAL, CONDIÇÕES E NORMAS DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**
- 12. RECEBIMENTO DO OBJETO**
- 13. FORMA DE PAGAMENTO**
- 14. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CREDENCIAMENTO**
- 15. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**
- 16. ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES DO EDITAL**
- 17. DOS RECURSOS**
- 18. GARANTIA DE EXECUÇÃO**
- 19. REAJUSTAMENTO:**
- 20. INFRAÇÕES**
- 21. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**
- 22. DISPOSIÇÕES GERAIS**



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA/MG

EDITAL DE CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO

PROCESSO Nº: 017/2026 CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO Nº 001/2026

1. PREÂMBULO

1.1. O Município de Conquista/MG; através da Secretária Municipal de Assistência Social em conformidade com os artigos 74, inciso IV e 79, inciso I, todos da Lei nº 14.133/21 e art. 75 do Decreto Municipal nº 6.956/2023, TORNA PÚBLICO que fará realizar CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO encerrando-se o prazo para recebimento da DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA, sendo:

Data de início do recebimento da documentação e proposta: 23/02/2026;

Data limite para recebimento da documentação e proposta: 23/02/2027;

Exclusivamente via eletrônica: Plataforma Licitanet.

1.2. Os trabalhos serão conduzidos pela Agente de Contratação Srta IARA MARIA RIBEIRO e pela Equipe de Apoio, integrada por Keula Alves Soares Turra, Ana Carolina da Silva Barra, Fernando Ferreira Lima Filho, devidamente designados através da Portaria Municipal nº 55361/2026, anexado aos autos do procedimento de contratação.

1.3. O Edital e seus Anexos poderão ser obtidos gratuitamente no site da Prefeitura Municipal de Conquista/MG; através do endereço eletrônico www.conquista.mg.gov.br e também no prédio sede da Prefeitura Municipal de Conquista, em dias e horários de expediente (08h00min às 11h00min e das 12h00min às 16h00min), a partir da data de sua publicação.

1.4. Toda e qualquer alteração que possivelmente ocorrer neste Edital, tais como errata, adendo, suspensão ou revogação, deverá ser consultada pelos interessados no endereço eletrônico da Plataforma de licitações LICITANET, através do endereço eletrônico www.licitanet.com.br, bem como, no site da Prefeitura Municipal de Conquista em www.conquista.mg.gov.br.

1.5. A Administração não se responsabilizará caso o interessado não acesse o site oficial do Município, consequentemente desconhecendo o teor dos Avisos publicados.

2. ESCLARECIMENTOS:

2.1. Qualquer esclarecimento referente ao presente Edital pode ser obtido:

- e-mail : licitação@conquista.mg.gov.br
- Telefones: 34-99706-9502



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA/MG

- Site para consultar ao Edital: www.conquista.mg.gov.br
- Site eletrônico: www.licitanet.com.br

3. OBJETO DO CREDENCIAMENTO:

3.1. Constitui objeto do presente procedimento administrativo o **CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO OFICINEIROS, DESTINADOS AO DESENVOLVIMENTO DE OFICINAS SOCIOEDUCATIVAS, CULTURAIS, ARTÍSTICAS, ESPORTIVAS E DE CONVIVÊNCIA, NO ÂMBITO DO SERVIÇOS DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS- SCFV, JUNTO AOS USUÁRIOS ATENDIDOS PELO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL-CRAS, PODENDO A EXECUÇÃO OCORRER NAS MODALIDADE OFICINA PONTUAL (HORA/AULA) OU PRESTAÇÃO MENSAL, CONFORME DEFINIDO NESTE TERMO DE REFERÊNCIA”**

Sempre que possível, será respeitado o princípio da alternância entre os credenciados, garantindo tratamento isonômico e eficiente no uso da rede credenciada.

3.2. O credenciamento realizado não importará necessariamente em contratação, podendo o Município revogá-lo, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivado de fato superveniente comprovado ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado publicado no órgão oficial de publicações do Município, para conhecimento dos participantes.

3.3. O credenciamento poderá ser realizado para contratação imediata dos serviços ou somente para formalizar relação para futura execução, mediante solicitação do Município

3.4. A Credenciada que prestar os serviços sem autorização expressa da Secretaria Municipal de Assistência Social, não receberá pelos serviços.

3.5. É vedada a subcontratação ou transferência total ou parcial dos serviços que compõem o objeto do termo de credenciamento.

4. CONDIÇÕES PARA CREDENCIAMENTO:

4.1. Poderão participar do presente credenciamento todos as pessoas jurídicas, do ramo pertinente ao objeto deste credenciamento, que enviarem **EXCLUSIVAMENTE POR MEIO ELETRÔNICO** o requerimento de credenciamento – Anexo IV, devidamente assinado pelo representante legal da empresa, anexando todos os documentos exigidos



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA/MG

no item 6, bem como a proposta exigida no item 7 deste Edital, à partir do dia de de 2025 até de de 2026.

4.2. As empresas interessadas deverão encaminhar toda a documentação exigida nos itens 6 e 7 deste Edital, **EXCLUSIVAMENTE** na Plataforma Licitanet WWW.licitanet.com.br. Qualquer dúvida em relação ao acesso na Plataforma operacional poderá ser esclarecida pelo Suporte: **(34) 2512-6500** ou pelo e-mail **contato@licitanet.com.br**

4.3. Caso a proponente envie a solicitação para intenção do credenciamento com a falta de algum dos documentos solicitados por meio deste edital, a mesma não será credenciada, sendo o e-mail respondido afirmando a situação de descredenciada com a relação do que não foi atendido;

4.3.1. Ocorrendo a hipótese prevista no item 4.3, a empresa interessada poderá complementar a informação ou enviar novo e-mail com todos os documentos exigidos neste Edital.

4.4. Desde que atendido aos requisitos mínimos deste edital a proponente será CREDENCIADA sendo a comunicação realizada pelo mesmo e-mail de recebimento do credenciamento.

4.5 A distribuição entre os credenciados será realizada conforme planejamento e critério estabelecido pelo responsável pela gestão da unidade hospitalar, considerando as necessidades operacionais, a escala de plantão e a disponibilidade dos profissionais.

5. NÃO PODERÃO PARTICIPAR DO CREDENCIAMENTO:

5.1. Empresas com falência decretada ou concordata, salvo se em recuperação judicial e neste caso, mediante apresentação do plano de recuperação concedido ou homologado judicialmente (TCU, Acórdão 1201, de 13/05/2020-Plenário e Acórdão 2265, de 22/08/2020-Plenário);

5.2. Pessoa Jurídica suspensa de participar de licitação e impedida de contratar com a Prefeitura Municipal de Conquista, durante o prazo da sanção aplicada.

5.3. Pessoa Jurídica declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação.

5.4. Pessoa Jurídica impedida de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Fronteira, durante o prazo da sanção aplicada.

5.5. Pessoa Jurídica proibida de contratar com o Poder Público, em razão do disposto no art. 72, § 8º, V, da Lei n.º 9.605/1998.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA/MG

5.6. Pessoa Jurídica a proibida de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 12 da Lei n.º 8.429/1992.

5.7. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.

5.8. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si.

5.9. Pessoa jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

5.10. Quaisquer interessados enquadrados nas vedações previstas no art. 9º, §1º, da Lei n.º 14.155/2021;

5.10.1. Entende-se por “participação indireta” a que alude o art. 9º §1º, da Lei n.º 14.155/2021 a participação no certame de empresa em que uma das pessoas listadas no mencionado dispositivo legal figure como sócia, pouco importando o seu conhecimento técnico acerca do objeto da licitação ou mesmo a atuação no processo licitatório.

5.11. Sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País.

5.12. Empresa cujo estatuto ou contrato social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Pregão.

5.13. Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum.

5.14. A observância das vedações supra é de inteira responsabilidade da licitante que, pelo descumprimento, se sujeita às penalidades cabíveis.

6. MANIFESTAÇÃO DA INTENÇÃO DE SE CREDENCIAR.

6.1. Os interessados deverão encaminhar, exclusivamente por meio eletrônico (Plataforma Licitanet), o requerimento de participação com a indicação de sua intenção de se credenciar para a prestação dos serviços.

6.2. Todas as especificações do objeto vinculam o interessado.

6.3. No valor da contratação estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA/MG

6.4. A apresentação do requerimento de participação com a indicação da intenção de se credenciar implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições contidas no Termo de Referência, assumindo o credenciado o compromisso de executar o objeto nos seus termos.

6.5. O interessado organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

6.5.1. A falsidade da declaração de que trata o item 6.5 sujeitará o interessado às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

6.6. O interessado executará os serviços de acordo com os valores da Tabela SIGTAP/SUS.

7. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO:

7.1. As empresas interessadas em se credenciar deverão apresentar toda a documentação abaixo especificada, com data de validade vigente, anexa ao requerimento de credenciamento.

6.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

7.2.1. A habilitação jurídica visa a demonstrar a capacidade de o licitante exercer direitos e assumir obrigações, e a documentação a ser apresentada por ele limita-se à comprovação de existência jurídica da pessoa e deverá ser comprovada com a apresentação dos documentos abaixo relacionados, conforme o caso:

7.2.1.1. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede;

7.2.1.2. Certificado da Condição de Microempreendedor Individual;

7.2.1.3. Requerimento de Empresário Individual;

7.2.1.4. Outros documentos não mencionados anteriormente.

7.2.2. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

7.3 Pessoa Física

7.3.1 Documento de identificação oficial com foto (RG, CNH ou equivalente);

7.3.2 Cadastro de Pessoa Física – CPF

7.3. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA/MG

7.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, através do cartão do CNPJ, que também servirá para fins de comprovação do enquadramento como Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte;

7.3.2. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal relativa a Tributos Federais e à dívida Ativa da União e prova de regularização perante o Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, através de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, conforme Portarias MF 358 e 443/2017;

7.3.3. Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Pública Estadual;

7.3.4. Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Pública Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei;

7.3.5. Prova de regularidade fiscal perante ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF - FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei;

7.3.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) e/ou, no caso de estarem os débitos garantidos por penhora suficiente ou com a exigibilidade suspensa, será aceita a Certidão Positiva com efeito de negativa quanto aos Débitos Trabalhistas, que tenha os mesmos efeitos da CNDT;

7.3.7. Declaração referente ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal – Anexo IV;

7.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

7.4.1. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, em data não anterior a 90 (noventa) dias do certame, se outro prazo não constar do documento. No caso de sociedade(s) civil(s), deverá ser apresentada a certidão negativa de distribuição de processos civis, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica. No caso de certidão positiva, a licitante deverá juntar certidão de objeto e pé, esclarecendo o posicionamento da(s) ação(ões);

7.5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

7.5.1 Para comprovação da aptidão técnica, a pessoa jurídica interessada deverá apresentar:

- currículo ou descrição da experiência profissional do(s) responsável(is) técnico(s) ou profissional(is) indicado(s) para execução das oficinas;
- comprovação de experiência compatível com a oficina pretendida, por meio de certificados, declarações, atestados ou documentos equivalentes;
- **portfólio**, quando a natureza da oficina exigir avaliação prática da experiência,



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA/MG

contendo registros de atividades já desenvolvidas (fotos, vídeos, relatórios, descrições metodológicas, folders, links ou materiais similares).

7.6 O portfólio terá caráter **complementar**, sendo analisado exclusivamente quanto à compatibilidade com o objeto, coerência metodológica e experiência prática, **sem caráter competitivo ou classificatório**.

7.7. DISPOSIÇÕES GERAIS DE HABILITAÇÃO

7.7.1. As certidões que não tenham o prazo de validade expresso no documento, ter-se-ão como válidas por 90 (noventa) dias a partir da data de sua emissão;

7.7.2. Após o encerramento do prazo para envio dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para: (Lei 14.133/21, art. 74, e IN 73/2022, art. 39, §4º);

7.7.2.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.7.2.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8. JULGAMENTO

8.1. O órgão credenciador decidirá sobre o requerimento de credenciamento no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados da data de envio.

8.2. Todos os interessados que preencherem os requisitos estabelecidos no Edital terão seus requerimentos de credenciamento aprovados pelo Agente de Contratação e Equipe de Apoio.

8.2. Após aprovação do credenciamento, os requerimentos serão submetidos à Autorização da autoridade superior.

9. ADESÃO AO CREDENCIAMENTO

9.1. Assinado o termo de adesão ao credenciamento/Contrato e durante o período de sua vigência, a contratação do Credenciado responsável pela execução dos serviços, ocorrerá mediante emissão de nota de empenho, desde que mantidas as condições exigidas na etapa de credenciamento, conforme condições dispostas do Termo de Referência.

9.2. O prazo do Credenciamento contará a partir das assinaturas do Termo de Adesão/Contrato, por um período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado de acordo com a Lei 14.133/21

10 . ESCOLHA DOS FORNECEDORES:

10.1. Dado que os serviços pretendidos e os valores praticados para a execução do objeto são os da Tabela anexa, e que a prestação dos serviços será realizada de forma



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA/MG

padronizada e igualitária, a contratação assegurará que todos os interessados atuem em igualdade de condições, sendo o preço a ser pago o mesmo para todos os prestadores credenciados.

10.2.. A distribuição desse valor entre os credenciados será realizada conforme Termo de Referência.

10.3. Após o início dos serviços, será efetuado rodízio entre as empresas credenciadas, respeitando-se sempre a ordem de convocação definida no item anterior.

10.4. Caso a credenciada convocada para prestar os serviços se recuse, por qualquer motivo, será convocada a próxima empresa na ordem de credenciamento.

10.5. Recusado o serviço por qualquer das empresas credenciadas, o rodízio continuará até que todas as credenciadas tenham sido convocadas a prestar os serviços.

10.6. Concluído o rodízio entre as empresas credenciadas, será iniciado um novo ciclo, começando pela primeira empresa que se credenciou.

11. PRAZO, LOCAL, CONDIÇÕES E NORMAS DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

11.1.. Os serviços serão prestados mediante **convocação formal dos credenciados**, conforme a necessidade identificada pela equipe técnica, disponibilidade orçamentária e cronograma institucional, não havendo obrigação de contratação simultânea ou contínua de todos os profissionais credenciados.

11.1.1 A contratação terá natureza de **prestação de serviços**, não gerando vínculo empregatício, subordinação hierárquica ou exclusividade, nos termos da legislação vigente

11.1.2 O serviço terá início imediato a partir da assinatura do contrato, e será realizado de forma parcial conforme a demanda e necessidade da Secretaria requisitante contudo a prestação poderá estar sujeita à emissão de ordem de serviço pelo fiscal do contrato

11.17. PRAZO VIGÊNCIA

11.17.1- O prazo do Contrato será .de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado de acordo com a Lei 14.133/2021..

11.18. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

- executar as oficinas conforme planejamento aprovado e ordem de serviço emitida;
- cumprir as diretrizes do SCFV e orientações da equipe técnica do CRAS;
- zelar pelo bom atendimento aos usuários;
- manter regularidade documental durante toda a vigência do credenciamento e da contratação;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA/MG

- disponibilizar profissional(is) com qualificação compatível com a oficina contratada;
- assegurar a continuidade da execução, comunicando previamente qualquer impossibilidade de cumprimento, sob pena de substituição.
- todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais são de responsabilidade exclusiva do contratado;
- não há responsabilidade solidária ou subsidiária da Administração.

11.1 Substituição e Continuidade do Serviço

Em caso de impossibilidade de continuidade da execução por parte do contratado, a Administração poderá promover a **substituição por outro credenciado apto**, sem prejuízo da continuidade do serviço, mediante justificativa formal.

11.2 Subcontratação

É **vedada a subcontratação total ou parcial** dos serviços objeto deste credenciamento, salvo mediante prévia e expressa autorização da Administração.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- disponibilizar espaço físico e materiais necessários, quando aplicável;
- convocar os credenciados conforme a necessidade do serviço;
- realizar os pagamentos nos prazos estabelecidos.

11.19. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- disponibilizar espaço físico e materiais necessários, quando aplicável;
- convocar os credenciados conforme a necessidade do serviço;

realizar os pagamentos nos prazos estabelecidos

12. RECEBIMENTO DO OBJETO

12.1.. Osicineiros credenciados poderão atuar, dentre outras, nas seguintes áreas:

- artesanato e trabalhos manuais;
- música e musicalização;
- dança, teatro e expressão corporal;
- esportes e práticas corporais;
- cultura, lazer e recreação;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA/MG

- oficinas temáticas socioeducativas alinhadas às diretrizes do SCFV.

As oficinas deverão observar o planejamento técnico do CRAS, as orientações da equipe de referência e as normativas do SUAS, sendo sua metodologia, especificação e formas de contratação detalhadas no Item 7 deste Termo de Referência.

13. FORMA DE PAGAMENTO:

13.1. O pagamento será efetuado mensalmente, por meio de ordem bancária emitida pela Prefeitura Municipal de Conquista, no prazo de até 15 (quinze) dias corridos, contados da data de atesto da nota fiscal ou recibo pela fiscalização do contrato

13.2. A nota fiscal/fatura deve ser apresentada, , sem rasura(s) no preenchimento.

13.3. Caso haja irregularidade na emissão da nota fiscal/fatura, esta será devolvida para regularização, caso em que o prazo será recontado a partir da data da reapresentação.

13.4. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

13.5. Recebida a nota fiscal na unidade responsável pela liquidação, correrá prazo de até 15 (cinco) dias para fins de liquidação, podendo ser excepcionalmente prorrogado, justificadamente, por igual período, quando houver necessidade de diligências para aferição das exigências contratuais.

13.6 Quando do pagamento, será efetuado a retenção tributária prevista na legislação aplicável, nos termos da instrução normativa nº1.234, de 11 de janeiro de 2012, da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

13.7. A credenciada, regularmente optante pelo Simples Nacional, instituído pelo artigo 12 da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção quanto aos impostos e contribuições abrangidos pelo referido, regime, em relação às suas receitas próprias, desde que, a cada pagamento, apresente a declaração de que trata o artigo 6º da Instrução Normativa RFB nº1.234, de 11 de janeiro de 2012.

13.8. O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela empresa credenciada ou por outro meio previsto na legislação vigente.

14. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CREDENCIAMENTO

14.1. A gestão do credenciamento será de competência da senhora Michelle Ulhoa Martins Moura – Secretária Municipal de Assistência Social .

- 14.2. A fiscalização do credenciamento ficará a cargo da senhora **Malena Cristina Santana**, Coordenadora do CRAS



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA/MG

e-mail: [cras @conquista.mg.gov.br](mailto:cras@conquista.mg.gov.br), telefone:34-9809-0460 Fabiana Amui Borges – Psicóloga

14.3. A obrigação decorrente deste credenciamento deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei n.º 15.133/21, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei n.º 15.133/21, art. 115, *caput*).

14.2. A execução das obrigações decorrentes deste credenciamento deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do credenciamento, ou pelos respectivos substitutos (Lei n.º 15.133/21, art. 117, *caput*), que:

14.2.1. Anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução das obrigações decorrentes desta licitação, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei n.º 15.133/21, art. 117, § 1.º).

14.2.2. Informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei n.º 15.133/21, art. 117, § 2.º).

15. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

1.15. Funcional Programática:

Elemento de Despesa: 425

Fonte do Recurso: 1660/2660

Cod. De Apl. 0000

Obs: Esses dados estão sujeitos à revisão por ocasião da emissão do atestado de disponibilidade orçamentária.

16. ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES DO EDITAL

16.1. A qualquer momento, após a publicação do Edital de Credenciamento, qualquer pessoa física ou jurídica, poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório, mediante petição dirigida ao Secretário Municipal de Saúde, no endereço eletrônico licitacao@conquista.mg.gov.br ou pela Plataforma Licitanet.

16.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido;

16.3. Acolhida a impugnação contra este Edital, será devidamente retificado o edital, dando ciência à todos os interessados;

16.4. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no site Oficial da Prefeitura Municipal de Conquista/MG: AMM e na Plataforma Licitanet.

17. DOS RECURSOS:



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA/MG

17.1. A interessada tem o prazo de 03 (três) dias úteis, para apresentar recurso, a partir da data do recebimento da comunicação do indeferimento do credenciamento.

17.2. O recurso deverá ser encaminhado no endereço eletrônico da Plataforma Licitanet.

18. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO:

18.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

19. REAJUSTAMENTO:

19.1 Os preços são fixos e irredutíveis no prazo de um ano, contado da data do orçamento, salvo o previsto no item 13.3 desta cláusula.

19.2 Observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, o contrato poderá ter seus valores reajustados, com data-base vinculada à data do orçamento estimado, referente ao acumulado dos últimos 12 meses, pelo índice do INPC/IBGE.

19.3 O equilíbrio econômico poderá ser solicitado a qualquer tempo pelo(a) CONTRATADO (A) desde que comprovado caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, nos termos do art. 124, inciso II, alínea "d" da lei nº 14.133/93, sendo que a resposta de deferimento ou indeferimento do pedido ocorrerá no prazo de até 30 dias úteis contados da data da requisição

20. INFRAÇÕES –

O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

20.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato.

20.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.

20.3. Dar causa à inexecução total do contrato.

20.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame.

20.5. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.

20.6. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

20.7. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato.

20.8. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA/MG

20.9. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.

20.10. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

20.11. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

21. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS –

Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

21.1. Advertência;

21.2. Multa;

21.3. Impedimento de licitar e contratar e;

21.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

21.5. Na aplicação das sanções serão considerados:

21.5.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.

21.5.2. As peculiaridades do caso concreto.

21.5.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes.

21.5.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública.

21.5.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

21.6. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 21% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação oficial;

21.6.1. Para as infrações previstas nos itens 20.1 à 20.6 deste Edital, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado;

21.6.2. Para as infrações previstas nos itens 20.7 a 20.11 deste Edital, a multa será de 15% à 21% do valor do contrato licitado.

21.7. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA/MG

21.8. A recusa da ADJUDICATÁRIA em assinar o termo de contrato, DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ou instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido caracteriza o descumprimento total das obrigações assumidas, sujeitando-a às penalidades previstas neste edital.

21.9. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de sua intimação.

21.10. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 20.1 à 20.6, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta deste ente federativo pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

21.11. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática de infrações dispostas nos itens 20.7 à 20.11 deste Edital, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 20.1 à 20.6 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

21.12. As multas aplicadas poderão ser compensadas com valores devidos à CONTRATADA mediante requerimento expresso nesse sentido.

21.13. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão, recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 05 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

21.14. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados do seu recebimento;

21.14.1. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

21.15. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

22. DISPOSIÇÕES GERAIS:

22.1. A divulgação, pela Prefeitura deste Edital, do tipo de prestação de serviços e remuneração, não caracteriza expectativa de faturamento por parte das empresas, não cabendo à Prefeitura ressarcimento de eventuais prejuízos pelo não credenciamento de interessadas que não atenderam as condições estabelecidas neste Edital.

22.2. A Prefeitura poderá, a qualquer momento, reavaliar o credenciamento deferido, sendo-lhe facultado, suspendê-lo, sempre que ocorrer motivo que o justifique.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA/MG

22.3. No interesse da Prefeitura o quantitativo inicial do credenciamento poderá ser acrescido ou suprimido.

22.4. A interessada é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase deste processo. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará no imediato descredenciamento, sem prejuízo das demais sanções administrativas, civis e penais cabíveis.

22.5. É facultado ao Agente de Contratação, ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase do processo, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo e a aferição dos serviços, bem como solicitar a órgãos competentes a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar as decisões.

22.6. As interessadas intimadas para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Agente de Contratação sob pena de indeferimento/descredenciamento da interessada/credenciada.

22.7. Os casos não previstos neste Edital serão decididos pelo Agente de Contratação, com auxílio do Secretário Municipal de Saúde.

22.8. A Credenciada fica obrigada a manter as mesmas condições de cadastro quando da celebração do termo de credenciamento.

22.9. Fica eleito o foro da comarca de Conquista/MG, renunciando-se, desde já, a qualquer outro por mais privilegiado que seja, para solucionar questões oriundas desta licitação.

ANEXOS:

ANEXO I – Termo de Referência;

ANEXO II – Minuta da declaração de inexistência de empregado menor;

ANEXO III – Minuta do requerimento de credenciamento.

ANEXO IV – Minuta do Contrato

ANEXO V - TABELA VALORES.

Conquista/MG., 20 de FEVEREIRO de 2026.

KEULA ALVES SOARES TURRA
Comissão de Contratação



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA/MG

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA – TR

1. IDENTIFICAÇÃO

Órgão Demandante: Secretaria Municipal de Assistência Social

Unidade Executora: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS

Modalidade: Credenciamento (procedimento auxiliar)

Objeto: Credenciamento de oficinairos para atuação no CRAS/SCFV

2. OBJETO

Credenciamento de pessoas jurídicas para prestação de serviços como **oficineiros**, destinados ao desenvolvimento de oficinas socioeducativas, culturais, artísticas, esportivas e de convivência, no âmbito do **Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV**, junto aos usuários atendidos pelo **Centro de Referência de Assistência Social – CRAS**, podendo a execução ocorrer nas modalidades **oficina pontual (hora/aula) ou prestação mensal**, conforme definido neste Termo de Referência.

3. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A contratação fundamenta-se:

- na **Lei nº 14.133/2021**, especialmente nos arts. 18 e 79 (credenciamento como procedimento auxiliar);
- na **Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (Lei nº 8.742/1993)**;
- na **Política Nacional de Assistência Social – PNAS**;
- na **Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais**;
- no **Plano Municipal de Assistência Social**;
- no **Plano de Ação do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS**;
- nas normativas do **Sistema Único de Assistência Social – SUAS**.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA/MG

4. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

O CRAS executa ações continuadas do SCFV, que demandam a realização de oficinas socioeducativas diversificadas, adequadas a diferentes públicos e faixas etárias. A multiplicidade de temas e metodologias exige conhecimentos técnicos específicos, nem sempre disponíveis no quadro permanente de servidores.

A adoção do **credenciamento** permite a contratação de múltiplos profissionais, conforme a demanda real do serviço, garantindo flexibilidade administrativa, continuidade das ações, isonomia entre os interessados e atendimento qualificado aos usuários.

5. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

Osicineiros credenciados poderão atuar, dentre outras, nas seguintes áreas:

- artesanato e trabalhos manuais;
- música e musicalização;
- dança, teatro e expressão corporal;
- esportes e práticas corporais;
- cultura, lazer e recreação;
- oficinas temáticas socioeducativas alinhadas às diretrizes do SCFV.
- oficinas voltadas à geração de renda, empreendedorismo e fortalecimento da autonomia, abrangendo atividades práticas compatíveis com ações de autocuidado, bem-estar e valorização pessoal, com vistas ao desenvolvimento de habilidades, estímulo à autoestima e promoção da inclusão produtiva.

As oficinas deverão observar o planejamento técnico do CRAS, as orientações da equipe de referência e as normativas do SUAS, sendo sua metodologia, especificação e formas de contratação detalhadas no Item 7 deste Termo de Referência.

6. PÚBLICO-ALVO

Usuários atendidos pelo CRAS, inseridos nos grupos do SCFV, incluindo crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos, conforme organização do serviço.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA/MG

7. METODOLOGIA DE EXECUÇÃO, ESPECIFICAÇÃO DAS OFICINAS E MODELOS DE CONTRATAÇÃO

7.1 Metodologia Geral de Execução

A execução das oficinas ocorrerá de acordo com o planejamento técnico do CRAS, observadas as diretrizes do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais e as orientações da equipe de referência.

Os serviços serão prestados mediante **convocação formal dos credenciados**, conforme a necessidade identificada pela equipe técnica, disponibilidade orçamentária e cronograma institucional, não havendo obrigação de contratação simultânea ou contínua de todos os profissionais credenciados.

A contratação terá natureza de **prestação de serviços**, não gerando vínculo empregatício, subordinação hierárquica ou exclusividade, nos termos da legislação vigente.

7.2 Oficinas Socioeducativas Especificadas

Para fins de padronização do objeto e segurança jurídica, as oficinas passíveis de contratação no âmbito deste credenciamento são as seguintes:

I – Oficina de Artesanato e Trabalhos Manuais;

II – Oficina de Música e Musicalização;

III – Oficina de Dança e Expressão Corporal;

IV – Oficina de Teatro e Expressão Artística;

V – Oficina de Esporte e Atividades Corporais;

VI – Oficina de Informática Básica e Inclusão Digital;

VII – Oficina de Educação Ambiental;

VIII – Oficina de Culinária Básica e Aproveitamento de Alimentos;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA/MG

IX – Oficina de Desenvolvimento Pessoal, Cidadania e Convivência;

X – Oficinas de Geração de Renda, Autonomia e Empreendedorismo, compreendendo, entre outras:

- Oficina de Noções Básicas de Empreendedorismo e Economia Solidária;
- Oficina de Formação Inicial para Serviços e Atividades Produtivas;
- Oficina de Precificação, Organização Financeira e Atendimento ao Público;

XI – Oficinas de Autocuidado, Autoestima e Iniciação à Área da Beleza, compreendendo, entre outras:

- Oficina de Maquiagem Social e Automaquiagem;
- Oficina de Penteados, Tranças e Técnicas Básicas de Finalização;
- Oficina de Cuidados Básicos com Pele e Cabelos;
- Oficina de Higiene, Apresentação Pessoal e Imagem Profissional;
- Oficina de Noções Introdutórias de Estética e Bem-Estar, sem caráter clínico, terapêutico ou de formação profissional regulamentada.

XII – Oficinas na Área de Tecnologia, compreendendo, entre outras:

- Oficina de Informática Básica;
- Oficina de Inclusão Digital;
- Oficina de Introdução à Programação e Pensamento Computacional;
- Oficina de Tecnologia Aplicada ao Cotidiano (uso de aplicativos, serviços digitais e ferramentas online);
- Oficina de Robótica Educacional;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA/MG

– Oficina de Cultura Digital e Segurança na Internet.

Cada oficina poderá ser adaptada ao público atendido (crianças, adolescentes, jovens, adultos ou idosos), respeitando os objetivos do SCFV e o planejamento técnico do CRAS.

7.3 Modalidades de Prestação dos Serviços

As oficinas poderão ser executadas conforme as seguintes modalidades, definidas de acordo com a natureza da atividade e a necessidade do serviço:

- **Hora/Aula** – Prestação de serviço de forma continuada ou pontual, com carga horária variável, definida previamente pela equipe técnica do CRAS, podendo compreender oficinas regulares com encontros periódicos, bem como a execução de atividades específicas, com início e término previamente definidos, destinadas a ações temáticas, eventos, campanhas ou atividades extraordinárias.
- **Prestação Mensal (Oficina Continuada)** – Execução contínua de oficina com carga horária mensal fixa, previamente pactuada, indicada para atividades regulares e estruturadas do SCFV.

7.4 Forma de Acionamento e Ordem de Convocação

A execução das oficinas ocorrerá mediante **ordem de serviço ou convocação formal**, expedida pela Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme a necessidade do serviço, o planejamento técnico do CRAS e a disponibilidade orçamentária.

Quando houver **mais de um profissional credenciado apto para a mesma oficina ou área de atuação**, a convocação observará critérios **objetivos, impessoais e previamente definidos**, de modo a garantir isonomia, transparência e alternância entre os credenciados, adotando-se, preferencialmente, os seguintes parâmetros:

- **ordem cronológica de credenciamento**, considerando a data de habilitação definitiva no credenciamento;
- **rodízio entre os profissionais credenciados**, sempre que houver equivalência técnica e disponibilidade;
- **adequação do perfil técnico ao público-alvo específico**, devidamente justificada pela equipe técnica do CRAS, quando a natureza da oficina ou do grupo assim exigir;
- **disponibilidade do profissional no período e horário demandados**.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA/MG

A eventual não convocação de determinado credenciado, em razão da aplicação dos critérios acima, não caracteriza preterição ou direito subjetivo à contratação, considerando a natureza do credenciamento como procedimento auxiliar e a contratação condicionada à demanda do serviço.

8. REQUISITOS PARA CREDENCIAMENTO

O credenciamento destina-se a **pessoas jurídicas**, legalmente constituídas.

8.1 Habilitação Jurídica, Fiscal, Trabalhista e Previdenciária

Para fins de habilitação, a pessoa jurídica interessada deverá comprovar, nos termos do edital de chamamento público e da legislação vigente:

- inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ;
- prova de regularidade com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal;
- Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (CND Federal);
- Certidão de Regularidade do FGTS (CRF/FGTS);
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
- demais certidões e documentos exigidos pela legislação aplicável.

A regularidade da documentação deverá ser mantida durante toda a vigência do credenciamento e das contratações dele decorrentes.

8.2 Qualificação Técnica

Para comprovação da aptidão técnica, a pessoa jurídica interessada deverá apresentar:

- currículo ou descrição da experiência profissional do(s) responsável(is) técnico(s) ou profissional(is) indicado(s) para execução das oficinas;
- comprovação de experiência compatível com a oficina pretendida, por meio de certificados, declarações, atestados ou documentos equivalentes;
- **portfólio**, quando a natureza da oficina exigir avaliação prática da experiência, contendo registros de atividades já desenvolvidas (fotos, vídeos, relatórios, descrições metodológicas, folders, links ou materiais similares).



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA/MG

O portfólio terá caráter **complementar**, sendo analisado exclusivamente quanto à compatibilidade com o objeto, coerência metodológica e experiência prática, **sem caráter competitivo ou classificatório**.

9. CRITÉRIOS OBJETIVOS DE AVALIAÇÃO DO PORTFÓLIO

O portfólio será avaliado considerando:

- compatibilidade das atividades apresentadas com a oficina pretendida;
- experiência prévia com público semelhante ao atendido pelo SCFV;
- adequação metodológica às diretrizes do CRAS e do SCFV;
- clareza e organização das informações apresentadas.

10. VALORES, METODOLOGIA E FORMA DE PAGAMENTO

10.1 Princípios Gerais da Remuneração

A remuneração dosicineiros credenciados observará os princípios da **isonomia, padronização, impessoalidade e transparência**, sendo vedada qualquer forma de negociação individual de valores.

Os valores a serem praticados serão **fixos e previamente definidos no edital de credenciamento**, não havendo disputa por preço entre os credenciados. A diferença de remuneração ocorrerá exclusivamente em razão da **modalidade de prestação do serviço**, conforme descrito neste Termo de Referência.

10.2 Modalidades de Prestação do Serviço e Remuneração

Para fins de adequada execução e controle, as oficinas poderão ser contratadas nas seguintes modalidades:

10.2 Hora/Aula

Caracteriza-se pela prestação de serviço de forma **continuada ou pontual**, com **carga horária variável**, definida previamente pela equipe técnica do CRAS, compreendendo tanto oficinas regulares do SCFV quanto atividades específicas, com início e término previamente definidos, destinadas a ações temáticas, datas comemorativas, campanhas, eventos ou atividades extraordinárias.

- **unidade de medida:** hora/aula efetivamente executada;
- **indicada para:**
 - oficinas regulares do SCFV, com encontros semanais ou quinzenais;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA/MG

– ações temáticas, eventos, campanhas e atividades extraordinárias;

- **controle da execução:** por meio de folha de frequência, relatório mensal ou final de atividades e validação pela coordenação do CRAS;
- **pagamento:** proporcional às horas/aula efetivamente realizadas, mediante comprovação da execução.

É vedado o pagamento por horas/aula ou meses não efetivamente executados, ainda que contratados ou previstos em cronograma.

10.2.1 Valor Mensal (Oficina Continuada)

Caracteriza-se pela prestação de serviço de forma contínua, com carga horária mensal previamente estabelecida.

- unidade de medida: mês de execução;
- indicada para oficinas regulares com carga horária fixa;
- valor mensal correspondente ao conjunto de horas previstas;
- pagamento condicionado à comprovação da execução integral da carga horária mensal pactuada.

10.3 Valores de Referência para Planejamento

Para fins de estimativa e planejamento orçamentário, considerando pesquisa de mercado, adotam-se como valores de referência:

- Hora/aula: **R\$ 80,41**;
- Valor mensal: **R\$ 1970,33**, conforme carga horária definida de no mínimo 8h semanais.

Os valores definitivos serão estabelecidos de forma **fixa** no edital de credenciamento, após a realização da pesquisa de preços, respeitada a disponibilidade orçamentária do FMAS, devendo corresponder estritamente às modalidades de prestação do serviço previstas no Item 7.3 deste Termo de Referência, sendo vedada a criação de modalidades diversas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA/MG

10.4 Forma de Pagamento

O pagamento será efetuado em até 15 dias após a efetiva execução dos serviços, mediante apresentação de nota fiscal, conforme o enquadramento do credenciado, acompanhado de:

- comprovação da execução das atividades;
- relatório de atividades e controle de frequência, quando aplicável;
- atesto do fiscal designado pela Secretaria Municipal de Assistência Social;
- comprovação da regularidade documental.

11. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- executar as oficinas conforme planejamento aprovado e ordem de serviço emitida;
- cumprir as diretrizes do SCFV e orientações da equipe técnica do CRAS;
- zelar pelo bom atendimento aos usuários;
- manter regularidade documental durante toda a vigência do credenciamento e da contratação;
- disponibilizar profissional(is) com qualificação compatível com a oficina contratada;
- assegurar a continuidade da execução, comunicando previamente qualquer impossibilidade de cumprimento, sob pena de substituição.
- todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais são de responsabilidade exclusiva do contratado;
- não há responsabilidade solidária ou subsidiária da Administração.

11.1 Substituição e Continuidade do Serviço

Em caso de impossibilidade de continuidade da execução por parte do contratado, a Administração poderá promover a **substituição por outro credenciado apto**, sem prejuízo da continuidade do serviço, mediante justificativa formal.

11.2 Subcontratação

É **vedada a subcontratação total ou parcial** dos serviços objeto deste credenciamento, salvo mediante prévia e expressa autorização da Administração.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- disponibilizar espaço físico e materiais necessários, quando aplicável;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA/MG

- convocar os credenciados conforme a necessidade do serviço;
- realizar os pagamentos nos prazos estabelecidos.

13. FISCALIZAÇÃO

A execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada por servidor designado pela Secretaria Municipal de Assistência Social:

- Gestor de Contrato: **Michelle Ulhoa Martins Moura**, Secretaria Municipal de Assistência Social, e-mail: social@conquista.mg.gov.br e telefone: 34-99808-8194.
- Fiscal do Contrato: **Malena Cristina Santana**, Coordenadora do CRAS

e-mail: cras @conquista.mg.gov.br, telefone:34-9809-0460.

14. PRAZO DE VIGÊNCIA

O credenciamento terá vigência conforme definido no edital, podendo permanecer aberto durante todo o período para inclusão de novos interessados, não implicando obrigatoriedade de contratação contínua ou simultânea de todos os credenciados, ficando a execução condicionada à demanda do serviço e à disponibilidade orçamentária.

15. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15-A. PREVISÃO GLOBAL ESTIMADA DE GASTOS

Para fins de planejamento orçamentário, estimativa de impacto financeiro e reserva de dotação, considerando:

- a execução média de **oficinas continuadas e pontuais** no âmbito do CRAS/SCFV;
- a inclusão de **oficinas na área de tecnologia**, que demandam maior complexidade técnica;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA/MG

- os valores de referência previstos no Item 10.3 deste Termo de Referência;
- a possibilidade de execução simultânea de diferentes oficinas ao longo do exercício;

Estima-se, de forma **não vinculante**, o seguinte cenário anual:

a) Oficinas continuadas (prestação mensal)

- estimativa de até 3 oficinas mensais ativas;
- valor médio estimado: R\$ 1970,33 por oficina/mês;
- período estimado: 12 meses;
- subtotal anual estimado: **R\$ 70.9371,99.**

b) Oficinas e atividades socioassistenciais por hora/aula (continuadas, pontuais e temáticas)

- estimativa de até **300 horas/aula** ao longo do exercício, destinadas à execução de oficinas regulares, ações temáticas, eventos, campanhas, substituições e atividades específicas, conforme planejamento da equipe técnica do CRAS;
- **valor médio estimado:** R\$ 80,41 por hora/aula;
- **subtotal anual estimado:** R\$ 24.125,01.

Valor global estimado da contratação: R\$ 95.057,00 (noventa e cinco mil cinquenta e sete reais).

O valor acima constitui **estimativa máxima para fins de planejamento**, não gerando obrigação de execução integral, ficando os pagamentos condicionados:

- à efetiva prestação dos serviços;
- às ordens de serviço emitidas;
- à disponibilidade orçamentária e financeira do FMAS.

16. DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1 Materiais e Equipamentos

A responsabilidade pelo fornecimento de materiais de consumo simples, equipamentos pessoais e recursos necessários à execução das oficinas será definida na respectiva ordem de serviço, podendo ser atribuída ao contratado ou à contratante, conforme a natureza da atividade.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA/MG

16.2 Rescisão Administrativa

A contratação decorrente deste credenciamento poderá ser **rescindida unilateralmente pela Administração**, a qualquer tempo, por interesse público devidamente motivado, assegurado o pagamento apenas pelos serviços efetivamente executados.

16.3 Compatibilidade com Políticas Públicas

As atividades desenvolvidas deverão observar as políticas públicas de proteção integral, direitos humanos, equidade, diversidade e inclusão, sendo vedada qualquer prática discriminatória.

O presente Termo de Referência integra o processo administrativo de credenciamento e servirá de base para a elaboração do edital de chamamento público e demais instrumentos necessários à contratação.

17. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS APLICÁVEIS

O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pelo credenciado, bem como a inobservância das disposições deste Termo de Referência, do edital de credenciamento, das ordens de serviço ou das normas aplicáveis, sujeitará o contratado às sanções administrativas cabíveis, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

Sem prejuízo de outras penalidades previstas em lei, poderão ser aplicadas, conforme a gravidade da infração, a reincidência e o prejuízo causado à Administração ou aos usuários do serviço, as seguintes sanções:

I – **Advertência**, por escrito, nas hipóteses de infrações de menor gravidade, que não causem prejuízo significativo à execução do serviço;

II – **Suspensão temporária do credenciamento**, pelo prazo definido pela Administração, nos casos de descumprimento reiterado de obrigações contratuais, falhas na execução dos serviços ou conduta incompatível com as diretrizes do SCFV e do SUAS;

III – **Descredenciamento**, nos casos previstos no item específico deste Termo de Referência, sem prejuízo da apuração de eventuais responsabilidades administrativas, civis ou penais;

IV – **Demais sanções previstas na Lei nº 14.133/2021**, aplicáveis subsidiariamente, no que couber à natureza do credenciamento e da contratação decorrente.

A aplicação das sanções observará os princípios da proporcionalidade, razoabilidade, motivação e interesse público, não gerando direito a indenização, ressalvado o



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA/MG

pagamento pelos serviços efetivamente executados e devidamente comprovados até a data da penalidade.

18. HIPÓTESES DE DESCRENCIAMENTO

O credenciado poderá ser **descredenciado a qualquer tempo**, mediante processo administrativo devidamente motivado, assegurados o contraditório e a ampla defesa, nas seguintes hipóteses, sem prejuízo de outras previstas no edital ou na legislação vigente:

I – **Descumprimento das ordens de serviço**, cronogramas, cargas horárias ou orientações técnicas emitidas pela Secretaria Municipal de Assistência Social ou pela equipe de referência do CRAS;

II – **Conduta inadequada, incompatível ou prejudicial** no atendimento aos usuários, especialmente crianças, adolescentes, idosos ou demais públicos em situação de vulnerabilidade social, em desacordo com os princípios da proteção integral, dignidade humana e ética profissional;

III – **Perda da regularidade jurídica, fiscal, trabalhista ou previdenciária**, exigida para manutenção do credenciamento;

IV – **Inexecução total ou parcial injustificada dos serviços**, incluindo ausências não comunicadas, abandono da oficina ou interrupção sem autorização prévia da Administração;

V – **Violação das diretrizes do Sistema Único de Assistência Social – SUAS**, da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, do SCFV ou das políticas públicas de proteção social;

VI – **Prática de atos que comprometam o interesse público**, a segurança dos usuários ou a adequada execução das ações socioassistenciais.

O descredenciamento não gera direito a indenização ou compensação financeira, sendo devido apenas o pagamento pelos serviços efetivamente prestados e devidamente atestados até a data da decisão administrativa.

Conquista, 20 de janeiro de 2025

Raqueliani Nogueira de Assis



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA/MG

Responsável pela elaboração do TR

MALENA CRISTINA SANTANA

Fiscalização

Michelle Ulhoa Martins Moura

Secretária Municipal de Assistência Social



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA/MG

ANEXO II

MINUTA DA DECLARAÇÃO

(Inciso XXXIII do art. 7º da CF)

PROCESSO Nº: 017/2026

CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO Nº 001/2026

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO OFICINEIROS, DESTINADOS AO DESENVOLVIMENTO DE OFICINAS SOCIOEDUCATIVAS, CULTURAIS, ARTÍSTICAS, ESPORTIVAS E D CONVIVÊNCIA, NO ÂMBITO DO SERVIÇOS DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS- SCFV, JUNTO AOS USUÁRIOS ATENDIDOS PELO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL- CRAS, PODENDO A EXECUÇÃO OCORRER NAS MODALIDADE OFICINA PONTUAL (HORA/AULA) OU PRESTAÇÃO MENSAL, CONFORME DEFINIDO NESTE TERMO DE REFERÊNCIA

Prezados Senhores,

_____, inscrito no CNPJ nº _____
por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., portador(a) do
CPF no _____, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei no
8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei no 9.854, de 27 de outubro de 1999,
que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e
não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

Datado aos _____ dias de _____ de _____.

Assinatura, Nome, Cargo e Função

(Proprietário, Sócio ou Representante Legal da Empresa)



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA/MG

ANEXO III

MINUTA DO REQUERIMENTO PARA CREDENCIAMENTO

PROCESSO Nº: 017/2026

CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO Nº 001/2026

Ref.: (identificação da licitação)

....., inscrita no CNPJ nº,
por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a),
portador(a) da Carteira de Identidade nº e do CPF nº
..... requer seu credenciamento para **CREDENCIAMENTO DE
PESSOAS JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO OFICINEIROS,
DESTINADOS AO DESENVOLVIMENTO DE OFICINAS SOCIOEDUCATIVAS, CULTURAIS,
ARTÍSTICAS, ESPORTIVAS E D CONVIVÊNCIA, NO ÂMBITO DO SERVIÇOS DE
CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS- SCFV, JUNTO AOS USUÁRIOS
ATENDIDOS PELO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL- CRAS,
PODENDO A EXECUÇÃO OCORRER NAS MODALIDADE OFICINA PONTUAL (HORA/AULA)
OU PRESTAÇÃO MENSAL, CONFORME DEFINIDO NESTE TERMO DE REFERÊNCIA,**

Declaramos que ao Aderir ao Credenciamento Eletrônico nº 001/2026, executaremos os
serviços com base na TABELA anexa.

Informamos desde já ser titular da conta corrente/poupança nº....., agência nº
.....(nome da agência), Banco nº (nome do Banco), declarando inteiro
conhecimento do ato convocatório e apresentação de toda a documentação solicitada.

(data)

(representante legal)



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA/MG

ANEXO IV

Minuta do Contrato

PROCESSO LICITATÓRIO Nº.
017/2026 CREDENCIAMENTO
ELETRÔNICO Nº. 001/2026
INEXIGIBILIDADE Nº. 001/2026

ANEXO VIII

MINUTA DE TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº__

O MUNICÍPIO DE CONQUISTA-MG, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na cidade de Conquista/MG, na Praça Cel Tancredo França, 181, Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.428.888/0001-23, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. xxxxxxxxxxxx, portador do CPF nº xxxxxxxxxxxxxx, residente neste município, doravante denominado

CONTRATANTE e a empresa

_____ sediada à Rua _____ nº _____, Bairro _____, Cidade: _____, CEP: _____ inscrita no CNPJ sob o N.º _____

_____, neste ato representada legalmente por _____, residente e domiciliado em _____ portadora



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA/MG

_____, doravante denominada CREDENCIADA, têm entre si certo e ajustado a contratação de prestação do(s) serviço(s), cujo(s) objeto(s) encontra(m)-se(m) mencionado(s) na Cláusula Primeira, tudo nos termos do Edital de **Credenciamento nº 001/2026, Inexigibilidade nº.001/2026, Processo Licitatório nº.017/2026**, regendo-se pelo disposto na Lei nº14.133/2021, e suas posteriores alterações, em conformidade com as normas deste Edital e anexos e pelas cláusulas e condições adiante enunciadas, que faz parte integrante deste como se nele estivessem transcritas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente instrumento o **CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO OFICINEIROS, DESTINADOS AO DESENVOLVIMENTO DE OFICINAS SOCIOEDUCATIVAS, CULTURAIS, ARTÍSTICAS, ESPORTIVAS E D CONVIVÊNCIA, NO ÂMBITO DO SERVIÇOS DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS- SCFV, JUNTO AOS USUÁRIOS ATENDIDOS PELO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL- CRAS, PODENDO A EXECUÇÃO OCORRER NAS MODALIDADE OFICINA PONTUAL (HORA/AULA) OU PRESTAÇÃO MENSAL, CONFORME DEFINIDO NESTE TERMO DE REFERÊNCIA, Anexo I deste edital, conforme anexo do Processo Licitatório acima citado.**

CLÁUSULA SEGUNDA: BASE LEGAL

2.1 O presente Termo tem origem no **Processo Licitatório nº. 017/2026 Credenciamento por Inexigibilidade de Licitação nº.001/2026** fundamentada no art. 79, da Lei nº 14.133/2021.

2.2 Este contrato é vinculado ao edital do Processo Licitatório nº 125/20254, CREDENCIAMENTO nº 001/2026.

2.3 Este contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 14.133/2021 e pelos preceitos de direito público, sendo aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA/MG

de direito privado.

2.4 Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida lei, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

2.5. A CONTRATADA deverá obedecer aos itens dispostos no EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO, NO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR E NO TERMO DE REFERÊNCIA.

2.6 O contrato regular-se-á pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, e a ele será aplicado, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

2.7. A Administração Pública Municipal convocará o licitante vencedor para assinar o termo de contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo máximo de **03 (três) dias úteis**, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

2.8 Poderá a Administração Pública Municipal, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

2.9 Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no edital sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

2.10. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade licitante (art. 90, § 5º), sendo que tal regra não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados na forma do inciso I do § 4º do art. 90 da Lei nº 14.133/2021.

2.11 Os contratos e seus aditamentos terão forma escrita e serão juntados ao processo que tiver dado origem à contratação, divulgados e



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA/MG

mantidos à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

2.12 Será admitida a forma eletrônica na celebração de contratos e de termos aditivos, atendidas as exigências legais.

2.13 Antes de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência do contrato, a Administração verificará a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e para serem juntadas ao respectivo processo.

2.14 Os contratos administrativos obedecerão irrestritamente o disposto no art. 92 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO

3.1. O CONTRATANTE pagará à CREDENCIADA o valor de _____(_____), valor unitário referente ao(s) item(ns)

_____, sendo que o valor global do Termo de Credenciamento é de R\$ _____(_____), conforme itens credenciados abaixo discriminados:

| ITEM | DESCRIÇÃO | UNIDADE | QUANTIDADE | VALOR MÉDIO UNITÁRIO R\$ | VALOR MÉDIO TOTAL R\$ |
|------|--------------------------------|---------|------------|--------------------------|-----------------------|
| 1 | XXXXXXXXXXXXXXXXXX XX XX | UNID. | | | |

3.2 - O Município de Conquista pagará à CREDENCIADA o valor



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA/MG

constante no Termo de Referência, ANEXO I do edital e nestes valores aceitos pela CREDENCIADA já estão consideradas todas as despesas (impostos, tarifas, taxas, etc.).

3.3 O pagamento corresponderá ao valor apresentado pelo CONTRATANTE, conforme especificado no Termo de Referência, ANEXO I do edital e aos itens e quantitativos nos quais foram credenciados pela CREDENCIADA.

3.4 A CREDENCIADA deverá manter atualizado, durante toda a vigência do Contrato, as condições de habilitação, em especial as de regularidade fiscal, social e trabalhista, regularidade junto ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), apresentar certidões negativas de inidoneidade, de impedimento, encaminhando cópia destes documentos em anexo à nota fiscal eletrônica, para fins agilidade na liberação dos pagamentos.

3.5 A CREDENCIADA deverá apresentar ao setor de Saúde, a correspondente nota fiscal eletrônica/fatura, documentos comprobatórios da despesa, sempre acompanhados dos documentos fiscais e tributários devidos, sem prejuízo dos previstos no Contrato.

3.6 Os pagamentos serão efetuados no prazo de até 15 dias corridos, contados a partir da data de recebimento da nota fiscal/fatura, com a execução do objeto do contrato devidamente atestada pelo gestor do contrato, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela CREDENCIADA, em obediência a ordem cronológica de pagamento.

3.7 O Gestor do contrato deverá certificar, até o dia **05 (cinco) do mês** subsequente ao da prestação dos serviços, a regularidade da prestação, requisito para a autorização do pagamento.

3.8 A nota fiscal eletrônica/fatura será emitida pela CREDENCIADA em inteira conformidade com as exigências legais e contratuais, especialmente as de natureza fiscal, com destaque, quando exigíveis, das retenções tributárias e/ou previdenciárias.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA/MG

3.9 As notas fiscais/fatura serão emitidas mediante o descrito na (s) NAF - Nota de Autorização de Fornecimento que será (ão) enviada (s) para a CONTRATADA via correio eletrônico.

3.10 Poderão serem emitidas quantas NAF - Nota de Autorização de Fornecimentos forem necessárias a depender da execução do objeto, mediante requisição da Secretaria solicitante.

3.11 Deverá ser emitida uma Nota Fiscal para cada NAF - Nota de Autorização de Fornecimento.

3.12 O documento fiscal/fatura da CONTRATADA **conterá** em seu histórico, além das consignações legais, a indicação do número e ano do Contrato, a descrição precisa do objeto executado, o mês de referências deste e número deste Credenciamento por inexigibilidade nº.035//2025.

3.13 Caso a CREDENCIADA não encaminhe a nota fiscal eletrônica/fatura e demais documentos fiscais exigidos ao Município no prazo fixado, a data do pagamento poderá ser alterada na mesma proporção dos dias úteis de atraso.

3.14 O Município, identificando quaisquer divergências na nota fiscal eletrônica, mormente no que tange a valores do objeto licitado, deverá devolvê-lo à CREDENCIADA para que sejam feitas as correções necessárias, sendo que o prazo estipulado para pagamento será contado somente a partir da reapresentação/substituição do documento, desde que devidamente sanado o vício.

3.15 Nenhum pagamento será efetuado enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação por parte da CREDENCIADA, seja relativa à execução do objeto seja quanto a documento exigido para a liberação dos pagamentos, sem que isto gere direito a alteração de preços, correção monetária, compensação financeira ou interrupção da execução do objeto.

3.16 Uma vez paga a importância discriminada na nota fiscal eletrônica/fatura, a CREDENCIADA dará ao Município pleno, geral e irretratável quitação da remuneração referente ao objeto licitado fornecido nela discriminados, para nada mais vir a reclamar ou exigir a qualquer título, tempo ou forma.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA/MG

3.17 Nenhuma nota fiscal será processada e o pagamento realizado antes do respectivo envio da solicitação pelo CONTRATANTE de requisição de serviços, através de emissão de Nota de Autorização de Serviço (NAF), emitida pelo setor de compras a pedido da Unidade Gestora Requisitante.

3.18 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da **comprovação da regularidade fiscal, social e trabalhista**, que terá sua veracidade confirmada por meio de consulta on-line mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais da documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021, especificamente prova de regularidade com a Seguridade Social - INSS; prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Certidão Negativa de Débitos Trabalhista.

3.19 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a CREDENCIADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

3.20 Antes de cada pagamento à contratada, será realizada de forma on-line consulta aos sítios eletrônicos oficiais para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital, referente à **regularidade fiscal, social e trabalhista**.

3.21 Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

3.22 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA/MG

seus créditos.

3.23 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

3.24 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação de habilitação.

3.25 Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

3.26 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

3.27 A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

CLÁUSULA QUARTA - DAS ESPECIFICAÇÕES

4.1 As especificações dos serviços a serem credenciados são prestação de serviços osdescritos no item 5 do Termo de Referência, **ANEXO I** do Edital.

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA

5.1 O contrato terá vigência até 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, não gerando direito adquirido ao Credenciamento à distribuição de serviços mínimos, sendo esta distribuição realizada conforme a demanda do Município, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2 A contratação poderá ter prorrogações sucessivas,



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA/MG

respeitada a vigência máxima decenal, desde que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes, nos termos do art. 107 da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA SEXTA - DA FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1 . Os oficinheiros credenciados poderão atuar, dentre outras, nas seguintes áreas:

- artesanato e trabalhos manuais;
- música e musicalização;
- dança, teatro e expressão corporal;
- esportes e práticas corporais;
- cultura, lazer e recreação;
- oficinas temáticas socioeducativas alinhadas às diretrizes do SCFV.

6.2 As oficinas deverão observar o planejamento técnico do CRAS, as orientações da equipe de referência e as normativas do SUAS, sendo sua metodologia, especificação e formas de contratação detalhadas no Item 7 deste Termo de Referência.

7 CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

7.1 – . – executar as oficinas conforme planejamento aprovado e ordem de serviço emitida;

- cumprir as diretrizes do SCFV e orientações da equipe técnica do CRAS;
- zelar pelo bom atendimento aos usuários;
- manter regularidade documental durante toda a vigência do credenciamento e da contratação;
- disponibilizar profissional(is) com qualificação compatível com a oficina contratada;
- assegurar a continuidade da execução, comunicando previamente qualquer impossibilidade de cumprimento, sob pena de substituição.
- todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais são de responsabilidade exclusiva do contratado;
- não há responsabilidade solidária ou subsidiária da Administração.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA/MG

11.1 Substituição e Continuidade do Serviço

Em caso de impossibilidade de continuidade da execução por parte do contratado, a Administração poderá promover a **substituição por outro credenciado apto**, sem prejuízo da continuidade do serviço, mediante justificativa formal.

11.2 Subcontratação

É **vedada a subcontratação total ou parcial** dos serviços objeto deste credenciamento, salvo mediante prévia e expressa autorização da Administração.

CLÁUSULA OITAVA- DA CONTRATANTE:

- disponibilizar espaço físico e materiais necessários, quando aplicável;
- convocar os credenciados conforme a necessidade do serviço;
- realizar os pagamentos nos prazos estabelecidos.

CLÁUSULA NONA - DOS ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS

9.1 Todos os encargos sociais e trabalhistas, resultantes do presente termo, serão de inteira responsabilidade da CONTRATADA. Assim, a CONTRATADA reconhece, desde já, que os débitos trabalhistas e sociais advindos do presente instrumento serão arcados, única e exclusivamente, pela mesma.

CLÁUSULA DÉCIMA - DOS TRIBUTOS

10.1 O valor deste Termo engloba todo e qualquer tributo, sendo que a retenção e pagamento de quaisquer impostos e/ou taxas ficarão a cargo e sob responsabilidade do CONTRATANTE, sempre que as disposições legais pertinentes assim o exigirem.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 As despesas decorrentes da presente licitação, correrão por conta da dotação orçamentária abaixo especificada do orçamento para o exercício de **2025**, devendo ser consignada dotação de mesma natureza e categoria



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA/MG

econômica, no orçamento do(s) próximo(s) exercício(s) para continuação do Termo, em caso de necessidade de prorrogação:

ficha 425/1660/2660

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:

DA SUPREMACIA DO INTERESSE PÚBLICO CO

12.1 A CONTRATADA reconhece que o CONTRATANTE é agente de interesse público, motivo pelo qual admite que quaisquer dúvidas na interpretação deste Termo sejam dirimidas em favor dele.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO REAJUSTE E EQUILÍBRIO ECONOMICOFINANCEIRO:

13.1 Os preços são fixos e irrealizáveis no prazo de um ano, contado da data do orçamento, salvo o previsto no item 13.3 desta cláusula.

13.2 Observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, o contrato poderá ter seus valores reajustados, com data-base vinculada à data do orçamento estimado, referente ao acumulado dos últimos 12 meses, pelo índice do INPC/IBGE.

13.3 O reequilíbrio econômico poderá ser solicitado a qualquer tempo pelo(a) CONTRATADO (A) desde que comprovado caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, nos termos do art. 124, inciso II, alínea "d" da lei nº 14.133/93, sendo que a resposta de deferimento ou indeferimento do pedido ocorrerá no prazo de até 30 dias úteis contados da data da requisição.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA EXTINÇÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA/MG

14.1. O presente termo poderá ser extinto em qualquer tempo, seja amigavelmente, judicialmente ou através de ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, nos termos do inciso II do art. 104 e das possibilidades de extinção do contrato estão previstas nos artigos 137, 138 e 139 da Lei Federal nº. 14.133/21, assegurado o contraditório e ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS PENALIDADES

15.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 14.133 de 2021, a Contratada que:

15.1.1 Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

15.1.2 .Ensejar o retardamento da execução do objeto;

15.1.2.3 Falhar ou fraudar na execução do contrato;

15.1.4 Comportar-se de modo inidôneo;

15.1.5 Cometer fraude fiscal;

15.1.6 Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

15.1.7 Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

15.1.8 O atraso injustificado ou retardamento na prestação de serviços objeto deste certame sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA/MG

determina o art. 156, da Lei Nº 14.133/2021;

15.1.9 Multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

15.1.10 Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmopercentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

15.1.11 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

15.1.12 Impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da Prefeitura Municipal de Conquista/MG, pelo prazo de até cinco anos;

15.1.13. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem

15.1 deste Termo de Referência.

15.1.14 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

15.1.15 As sanções previstas nos subitens 15.2.1, 15.2.5, 15.2.6 e



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA/MG

15.2.7 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

15.1.16 Também ficam sujeitas às penalidades da Lei nº 14.133/2021, as empresas ou profissionais que:

15.1.17 Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

15.1.18 Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

15.1.19 Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

15.1.20 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021.

15.1.21 As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

15.1.22 Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de

15 (QUINZE DIAS), a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

15.1.23 Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA/MG

prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

15.1.24 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

CLAUSULA DÉCIMA SEXTA: DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

16.1 . Gestora do Contrato:

Michelle Ulhoa Martins Moura

Secretária Municipal de Assistência Social

E-mail: social@conquista.mg.gov.br | Telefone: (34) 99808-8194

• 8.2. Fiscal do Contrato:

Fiscal do Contrato: **Malena Cristina Santana**, Coordenadora do CRAS

e-mail: cras@conquista.mg.gov.br, telefone:34-9809-0460

CLAUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO DESCRENCIAMENTO

17.1 – A Administração poderá realizar o descredenciamento quando houver:

- I - pedido formalizado pelo credenciado;
- II - perda das condições de habilitação do credenciado;
- III - descumprimento injustificado do contrato pelo contratado; e
- IV - sanção de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidadesuperveniente ao credenciamento.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA/MG

18.1. As partes contratantes elegem o Foro da Comarca de Conquista/MG, para a composição de qualquer lide resultante deste Termo, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que possa ser.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1- Integram o presente termo, para todos os fins de direito, o Edital de Licitação que lhe deu origem e respectivos anexos, especificados no preâmbulo deste, cujas cláusulas e condições são interdependentes e complementares entre si.

19.2 Os casos omissos no presente instrumento serão resolvidos de conformidade com a Lei Federal nº 14.133/21 e alterações posteriores.

E, por estarem assim, acordados e contratados, assinam o presente instrumento em 2(duas) vias de igual teor e forma na presença das testemunhas signatárias.

_____, ____ de
____ de 2025.

CONTRATANTE MUNICÍPIO DE CONQUISTA

XXXXXXXXXX

XXXXXXXXXX

Secretária

Municipal

de

Assistênci

a Social

CONTRATADA

XXXXXXXXXXXXXXXXXX -



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA/MG

CNPJ XXXXXXXX

REPRESENTA

NTE

LEGAL

CPF

XXXXX

X

Testemunhas:

Nome: _____ CPF nº. _____



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA/MG

ANEXO IV

AVISO DE CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO

PROCESSO Nº: 017/2026

CREDENCIAMENTO Nº001/2026.

O Município de Conquista/MG torna público que estará **credenciando CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO OFICINEIROS, DESTINADOS AO DESENVOLVIMENTO DE OFICINAS SOCIOEDUCATIVAS, CULTURAIS, ARTÍSTICAS, ESPORTIVAS E D CONVIVÊNCIA, NO ÂMBITO DO SERVIÇOS DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS- SCFV, JUNTO AOS USUÁRIOS ATENDIDOS PELO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL- CRAS, PODENDO A EXECUÇÃO OCORRER NAS MODALIDADE OFICINA PONTUAL (HORA/AULA) OU PRESTAÇÃO MENSAL, CONFORME DEFINIDO NESTE TERMO DE REFERÊNCIA**

Através da Secretaria Municipal de Assistência Social, a partir do dia 23 de FEVEREIRO de 2026 até o dia 23 de FEVEREIRO de 2027.

Forma de envio do Requerimento, Documentação e Proposta: endereço eletrônico

WWW.licitanet.com.br

Cópias de Edital poderão ser adquiridas no site oficial do Município: www.conquista.mg.gov.br.

Informações complementares serão obtidos junto ao Equipe de Apoio, no endereço Pç Cel Tancredo França, 181, Centro. Telefone (34) 99951-9202.

Conquista/MG, 20 de FEVEREIRO de 2026.

Keula Alves Soares Turra

Comissão de Contratação/Pregoeira



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA/MG

ANEXO V

TABELA DE PREÇOS UNITÁRIOS

| ITEM | DESCRIÇÃO | QUANTIDADE | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
|-------------|--|-------------------|---------------------------|------------------------|
| 01 | OFICINEIRO SCFV- OFICINA CONTINUADA | 36,00 | 1.970,33 | 70.931,88 |
| 02 | OFICINEIRO SCFV- OFICINA HORA/AULA | 300,00 | 80,41 | 24.123,00 |
| | | | | |

Valor total estimado R\$95.054,88